

Que standardização para o português: pluricêntrica ou panlusófono?*

Which standardization for Portuguese: pluricentric or pan-Lusophone?

Abstract

Portuguese is a pluricentric language with two well-established national varieties – European Portuguese (EP) and Brazilian Portuguese (BP) – and varieties in development, such as Mozambican Portuguese (MP) and Angolan Portuguese (AP). In the present study, we aim to address the normative and political question of whether the most appropriate path of standardization for Portuguese in the 21st century is a *pluricentric* model of several norms combined, each with its own dynamics, or a *pan-Lusophone* model consisting of one supranational standard norm, a sort of *global Portuguese*, or even a combination of the two models. We will start by analyzing past and current processes of both formal and informal standardization in Portuguese, focusing on the endo(exo)normative standardization of BP and the role of Globo TV in the strengthening of informal endonormativity, the lectometrically confirmed divergent BP-PE bicentrism and its (a)symmetries – including the more advanced endonormativity of EP and the greater global influence of BP – and the processes of nativization of African varieties, characterized by contacts with Bantu languages and EP exonormativity, with particular emphasis on the more advanced stage of nativization of MP as well as the strong population increase projected for Angola and Mozambique. We will then discuss the two models of a pluricentric or pan-Lusophone path of standardization for Portuguese, along with their opportunities and threats, and point out guidelines for their operationalization. By adopting the Cognitive Sociolinguistics' view on pluricentricity and based on previous socio-cognitive and lectometric studies on the pluricentricity of Portuguese, we will argue for the adequacy and necessity of a socio-cognitively oriented, fully pluricentric standardization of Portuguese, which could potentially serve as a basis for the development of a pan-Lusophone norm, especially useful for the internationalization of Portuguese.

* O presente estudo foi apoiado por fundos nacionais portugueses atribuídos pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) ao Centro de Estudos Filosóficos e Humanísticos (CEFH) através do programa de financiamento UIDB/00683/2020. Agradeço aos avaliadores os valiosos comentários e sugestões.

Keywords

Standardization, pluricentricity, endo/exonormativity, nativization, cognitive sociolinguistics, lectometry, pan-Lusophone norm, Portuguese.

Resumo

O português é uma língua pluricêntrica com duas variedades nacionais bem estabelecidas – português europeu (PE) e brasileiro (PB) – e variedades em desenvolvimento, como o português moçambicano (PM) e angolano (PA). Pretendemos responder à questão normativa e política de saber se a estandardização mais adequada para o português no século XXI é o modelo *pluricêntrico* de várias normas padrão, cada uma com a sua própria dinâmica, ou o modelo *panlusófono* de uma norma padrão supranacional, como *português internacional/global*, ou ainda a combinação dos dois modelos. Primeiramente, analisaremos os processos passados e atuais de estandardização formal e informal do português, a estandardização endo(exo)normativa do PB e o papel da TV Globo na endonormatividade informal, o bicentrismo divergente PB-PE letometricamente confirmado e as suas (as)simetrias, quer a endonormatividade mais completa do PE quer a maior influência atual do PB, e os processos de nativização das variedades africanas, marcados pelos contactos com as línguas bantu e pela exonormatividade do PE, especialmente a nativização mais avançada do PM e o forte aumento populacional previsto para Angola e Moçambique. Discutiremos, seguidamente, os modelos de estandardização pluricêntrica e panlusófono do português, as suas oportunidades e as suas ameaças, e apontaremos orientações para a sua operacionalização. Assumindo a perspetiva da sociolinguística cognitiva sobre pluricentrismo e com base nos nossos estudos sociocognitivos e letométricos sobre o pluricentrismo do português, argumentaremos em favor da maior adequação e necessidade de uma plena e sociocognitivamente orientada estandardização pluricêntrica do português, que pode servir de base para uma norma panlusófono, especialmente útil para a internacionalização do português.

Palavras-chave

Estandarização, pluricentrismo, endo/exonormatividade, nativização, sociolinguística cognitiva, letometria, norma panlusófono, português.

1. Introdução

O português é uma língua pluricêntrica com duas variedades nacionais bem estabelecidas – português europeu (PE) e português brasileiro (PB) – e variedades emergentes mais ou menos nativizadas como, entre outras, o português moçambicano (PM) e o português angolano (PA). Importa, desde já, verificar que quer o conceito de pluricentrismo linguístico, introduzido por Stewart (1968), continuado por Kloss (1978) e Ammon (1989) e institucionalizado por Clyne (1992), quer o pluricentrismo do português são categorias e representam realidades complexas e dinâmicas.

Fenómeno especial de variação linguística interna, marcado por questões de identidade e poder nacionais, o *pluri(poli)centrismo* linguístico é a condição de uma única língua possuir diversas normas padrão, podendo esta pluralidade ser entendida no sentido restrito e prototípico de normas nacionais ou no sentido mais amplo de normas regionais. As assunções (inverosímeis) de pluricentrismo como categoria discreta, “uma-nação-uma-língua” e comunidade linguística homogénea (ideal chomskyano) têm conduzido a equívocos, como a associação de pluricentrismo a nacionalismo, purismo, diatopismo, centralismo político, ou à substituição terminológica, como “pluriareality” para o alemão, mas termo vago e indistinguível de variação diatópica (Muhr 2018, Dollinger 2019, Soares da Silva 2021a). A perspetiva da sociolinguística cognitiva (Kristiansen & Dirven 2008, Geeraerts et al. 2010, Kristiansen et al. 2021) oferece contributos relevantes para compreender o contínuo mono/pluricentrista, a normatividade e a standardização pluricêntrica, já evidenciadas por Tacke (2020), as ideologias subjacentes às atitudes para com os diversos centros, a correlação de fatores conceptuais, pragmáticos, estruturais e sociolinguísticos da variação pluricêntrica e ainda medir convergência/divergência e outras distâncias entre os centros linguísticos (Soares da Silva 2014, 2016, 2021a).

O pluricentrismo do português é complexo e flexível, com características mais ou menos prototípicas e até periféricas do conceito de pluricentrismo (inevitavelmente baseado em efeitos de prototipicidade), com simetrias e assimetrias entre os centros linguísticos, com centros mais e menos completos ou plenos, com propriedades singulares que o distinguem de outras línguas mais ou menos pluricêntricas, como o inglês, o espanhol, o alemão ou o francês, e ainda convivendo, mas não podendo ser confundido, com a internacionalidade da língua portuguesa. Com efeito, o português é ainda hoje mais bicêntrico do que pluricêntrico, com os dois centros europeu e brasileiro bem estabelecidos e hegemónicos e as periferias africanas e timorenses que concorrem, em posições diferentes, ao estatuto de centros, semicentros ou centros rudimentares. O bicentrismo PE-

PB é divergente, desde a segunda metade do século XIX e continuando a divergir nas últimas décadas (Soares da Silva 2010, 2014a), e relativamente simétrico, sem orientação de um centro em relação ao outro (Soares da Silva 2014a) e com forte codificação de ambas as normas padrão. Mas também apresenta assimetrias, e até inversas, como, por um lado, a centralidade ou endonormatividade mais completa do PE, cuja norma padrão ainda hoje exerce alguma influência exonormativa no PB e continua a ser a referência para os demais Estados membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), e, por outro lado, a grande e crescente exposição de que o PB goza em Portugal e nos outros países lusófonos e a sua maior influência, ainda mais cultural do que linguística, em contraste com a exposição mínima ou mesmo nula do PE no Brasil (Soares da Silva 2022a). Quanto às variedades nacionais emergentes, também aí a realidade é complexa e diversa: embora no mesmo estágio de *nativização*, em termos do modelo dinâmico de Schneider (2007), apresentam diferentes graus de nativização, estando a variedade moçambicana num processo mais avançado e já com alguns sinais de uma certa estabilidade endonormativa (Soares da Silva & Mevis, no prelo); os seus códigos prescritivos são ainda bastante exonormativos na direção do PE, sendo um pouco menos no caso de Moçambique; foram predominantemente adquiridas como L2 num contexto fortemente marcado por processos complexos e dinâmicos de contacto de línguas e consequente bi/multilinguismo; e as projeções demográficas e demolinguísticas apontam para um forte aumento da população e de falantes do português nos seus territórios ao longo da segunda metade deste século, principalmente em Angola e Moçambique.

Tendo em conta esta realidade pluricêntrica do português e o que se espera (ou se quer) que o português seja no futuro, a questão normativa e política é saber que estandardização se deve implementar para a língua portuguesa no século XXI: uma estandardização verdadeiramente *pluricêntrica* de várias normas padrão, cada uma com a sua própria dinâmica, ou uma estandardização *panlusófona* de uma norma padrão supranacional comum, como *português internacional* ou *português global*, ou ainda a combinação, à semelhança do que se verifica para o espanhol (Lebsanft et al. 2012), de ambos os modelos de estandardização? Pomos de lado outros cenários (ver Soares da Silva 2015), especialmente as posições excessivas assumidas por alguns de uma estandardização monocêntrica, tipicamente lusocêntrica, ou uma estandardização exclusivamente bicêntrica, luso-brasileira, ou ainda uma estandardização de duas línguas diferentes, o português e o brasileiro.

Para respondermos a esta questão, apresentaremos breves dados históricos e sociopolíticos sobre a standardização da língua portuguesa (secção 2), analisaremos sumariamente o processo de standardização do PB na sua tensão entre endonormatividade e exonormatividade e destacando o papel relevante da TV Globo na endonormatividade *informal* do PB (secção 3), o bicentrismo divergente PB-PE, letometricamente confirmado, e as suas (as)simetrias (secção 4), a nativização das variedades africanas, marcada pelos contactos com as línguas bantu e pela exonormatividade do PE, com destaque para o estágio mais avançado de nativização do PM (secção 5) e, finalmente (secção 6), discutiremos os modelos de standardização pluricêntrica e panlusófona do português, as suas oportunidades e as suas ameaças, e apontaremos algumas orientações para a sua operacionalização. Assumindo a perspectiva da sociolinguística cognitiva sobre pluricentrismo e com base nos estudos sociocognitivos e letométricos que temos desenvolvido sobre o pluricentrismo do português, argumentaremos em favor da maior adequação e necessidade de uma plena e sociocognitivamente orientada standardização *pluricêntrica* do português, que pode servir de base para a construção da possível e (ainda por poucos) desejada norma *panlusófona* comum, útil para a internacionalização efetiva do português, especialmente o seu ensino como língua estrangeira, e para a unidade ainda existente da língua portuguesa.

2. Standardização do português: breves dados históricos e sociopolíticos

A standardização da língua portuguesa começou depois da fundação do reino de Portugal no século XII, mas os primeiros instrumentos codificados normativos surgiram apenas quatro séculos depois, no século XVI. É no segundo quartel deste século que são publicadas as duas primeiras gramáticas do português – a de Fernão de Oliveira em 1536 e a de João de Barros em 1540 –, as quais decalcam, tal como o fazem as gramáticas das outras línguas vernáculas europeias, o modelo gramatical greco-latino, mas mostram, em comparação com a gramatização daquelas, uma orientação mais normativa-descritiva do que normativa-prescritiva, principalmente a gramática de Fernão de Oliveira, e, assim, um certo equilíbrio entre norma e uso (Soares da Silva 2020). E é também nessa altura que surgem os primeiros pequenos dicionários ou glossários, mas bilingues português-latim, sendo o primeiro o de Jerónimo Cardoso em 1562, seguidos, já nos finais do século XVIII, pelos primeiros dicionários monolingues do português, nomeadamente o de Bernardo

Bacelar (1783), o monumental e de maior referência de Morais Silva (1789) e o da Academia das Ciências de Lisboa (1793) mas apenas com a letra A (Verdelho 1995, Mühlischlegel 2020), bem como as primeiras regras ortográficas, com orientação mais etimológica do que fonética, de João de Barros, como parte da sua gramática (1540), de Magalhães Gândavo (1574) e de Nunes de Leão (1576), sendo só muito mais tarde, em 1911, que a língua portuguesa recebe a primeira codificação ortográfica propriamente dita (Gonçalves 2020).

A partir da segunda metade do século XIX, emerge um segundo *centro* de standardização da língua portuguesa no Brasil, especialmente alimentado pelo projeto do romantismo brasileiro de criação de uma língua literária nacional, que vai estabelecer, ao longo do século XX, a sua própria norma padrão, o PB, em divergência contínua com o PE, embora influenciado por este e, por isso, não tão endonormativo quanto este. Daí resultam duas ortografias, duas nomenclaturas gramaticais, duas academias, duas normas padrão nacionais que competem entre si geopoliticamente e, assim, a standardização do português passa de monocêntrica (séculos XVI-XIX) a bicêntrica (séculos XIX-XX) (Oliveira 2016; Soares da Silva 2020, 2022a). Há assimetrias neste bicentrismo PE-PB, em ambas as direções e de modos diferentes, como veremos na secção 4, e a decrescente influência exonormativa do PE sobre o PB, mais acentuada a partir da segunda metade do século XX, não parece ter desaparecido completamente. Como veremos na secção seguinte, a endonormatividade do PB faz-se também por standardização *informal*, especialmente através da TV Globo.

Nas últimas décadas, tem havido alguns esforços da parte CPLP, diretamente através da sua agência linguística, o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), de transformação da política da língua portuguesa de uma gestão dual para uma gestão plural e multilateral (Oliveira 2015) e, assim, uma expansão no processo de standardização do português, de uma standardização bicêntrica para uma standardização pluricêntrica, embora esta seja ainda mais um desejo do que uma realidade (Oliveira 2016; Soares da Silva 2020, 2022a).

Importa atentar mais de perto em algumas características sociopolíticas e estruturais dos processos de standardização do português, por comparação com outras línguas românicas e, também, por constatação do fosso existente entre as políticas linguísticas e a realidade sociolinguística. Comparado com, por exemplo, o espanhol e o francês, o processo de standardização do português desenvolveu-se a um ritmo mais lento e sem o apoio de uma verdadeira academia da língua: a Academia de Ciências de Lisboa, fundada

no século XVIII, e a Academia Brasileira de Letras, criada no final do século XIX no Rio de Janeiro, desempenharam (e ainda hoje desempenham) um papel bem menor no processo de standardização da língua do que a Real Academia Espanhola (RAE) ou a Academia Francesa. A centralidade da RAE no mundo hispânico contrasta com a ausência de uma instituição similar no mundo lusófono. Com efeito, as academias portuguesa e brasileira possuem uma Comissão de Lexicografia e intervêm na política ortográfica, mas não produzem instrumentos linguísticos de natureza normativa. Além disso, o IILP da CPLP, excetuando a elaboração do *Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa* (VOC, 2014), ainda não implementou uma política ativa de standardização do português. Outras tentativas de standardização parcialmente pluricêntrica como, para além do VOC, o *Acordo Ortográfico*, referido a seguir, e as ações concertadas entre os oito países lusófonos, nomeadamente o *Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa* (2010) e conferências internacionais ou outras ações multilaterais para a “gestão compartilhada e internacional” da língua, pouco contribuíram para a gestão multilateral e a standardização pluricêntrica do português. Voltando à comparação com o espanhol, ao referido contraste de standardização linguística não são estranhas as diferenças entre os respetivos processos de colonização: uma colonização de povoamento no mundo hispânico, com interiorização territorial, em contraste com a colonização portuguesa para fins de exploração, com escoamento de matérias-primas e minerais e concentração na costa (ver Lagares 2021).

O processo de standardização do português é ainda fundamentalmente bicêntrico e divergente, com dois grandes centros de produção de instrumentos normativos em Portugal e no Brasil, localizados em Lisboa e no Rio de Janeiro e São Paulo, respetivamente (tendo São Paulo, nas últimas décadas, ganhado maior relevância). Tomando como exemplo a gestão da ortografia (ver Gonçalves 2020), a primeira simplificação do sistema ortográfico do português deu-se no Brasil em 1907 e em Portugal, oficialmente, em 1911, sendo logo à nascença marcada por desacordos e divergências entre as duas normas ortográficas nacionais. A “rutura ortográfica de 1911” criou, entre as elites nacionais brasileiras, uma consciência de independência linguística em relação a Portugal, o que estimulou a produção de novos dicionários e gramáticas. Em 1943 e 1945, realizaram-se duas tentativas de acordo entre os dois sistemas ortográficos, mas ambas fracassaram devido a problemas legislativos. O último *Acordo Ortográfico* de 1990 (AO90) também trouxe problemas e incertezas. Só em 2008 foi aprovado em Portugal e no Brasil, entrando em vigor no Brasil em 2009 e em Portugal em 2011. Seguindo-se períodos de transição em

ambos os países, o AO90 tornou-se obrigatório a 13 de maio de 2015 em Portugal e a 1 de janeiro de 2016 no Brasil. O AO90 é oficial apenas em quatro países da CPLP (Portugal, Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe), aguardando validação pelos respetivos parlamentos nacionais em Moçambique e Angola. O AO90 é, pois, um exemplo ilustrativo de standardização bicêntrica das duas normas nacionais bem estabelecidas, a europeia e a brasileira, descurando as restantes variedades nacionais.

A standardização essencialmente bicêntrica e divergente está também patente noutros dados sociolinguísticos, sociopolíticos e educativos, entre os quais destacamos os seguintes: (i) os grandes projetos de investigação sobre a variação do português, como o Projeto NURC (“Norma Urbana Culta”) de documentação das variedades cultas do PB, iniciado em 1969, e o Projeto “Gramática do Português Falado Brasileiro”, desde 1988, ambos no Brasil, e o “Português Fundamental”, iniciado em 1970 em Portugal; (ii) os projetos educativos nacionais, como os recentes projetos de escolarização no Brasil e o Plano Nacional de Leitura em Portugal, lançado em 2007; (iii) o número crescente de novas e ampliadas gramáticas normativas e descritivas tanto no Brasil como em Portugal, independentes e monocêntricas, nos últimos vinte anos (ver Soares da Silva 2020); (iv) a divergência de terminologias em Portugal e no Brasil; (v) a independência e a divisão entre Brasil e Portugal na indústria da língua, estando as duas variedades em concorrência no mercado mundial; (vi) a separação digital das duas variedades nacionais. Todos estes exemplos são ilustrações perfeitas do “bicentrismo da lusofonia contemporânea” (Aguilar e Silva 2007: 20).

Considerando agora dados prospetivos, as projeções demográficas e demolinguísticas para os países lusófonos até final do século XXI apontam para um aumento muito acentuado da população e de falantes do português nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), sobretudo em Angola e Moçambique. De acordo com os dados de projeção da população mundial (*World Populations Prospects – WPP*) das Nações Unidas, na sua versão mais recente (a Revisão de 2019 de WPP), a população dos países africanos de língua portuguesa quase duplicará até ao final do século, aumentando de 289,442 milhões em 2019 para 514,512 milhões em 2100, com um fortíssimo aumento sobretudo em Angola, de 31,825 milhões para 188,283 milhões, e em Moçambique, de 30,366 milhões para 123,647 milhões. Ao mesmo tempo, a população do Brasil diminuirá de 211,050 para 180,683 milhões e a de Portugal de 10,226 para apenas 6,985 milhões. Angola e Moçambique juntos representarão então 60,6% da população dos países de língua portuguesa, enquanto a percentagem do Brasil cairá para 35,1%. Considerando o aumento

de falantes de português como L2 ou L1 nos PALOP nas últimas três décadas, bem como a urbanização e a escolarização crescentes da população e o aumento rápido do acesso aos meios de comunicação de massa, como os telemóveis e a internet, nos PALOP, é expectável que praticamente toda a população moçambicana e angolana fale português nos próximos 40 ou 50 anos, quer como L2 quer, já numa percentagem elevada, como L1. O número de falantes de português no mundo provavelmente duplicará até 2100, passando dos atuais 260 milhões para 515 milhões. Estes dados poderão conduzir a uma mudança gradual no processo de standardização: de uma standardização hegemonicamente bicêntrica (PE-PB) para uma standardização mais pluricêntrica, com quatro principais normas nacionais – PB, PM, PA e, embora minúsculo mas, possivelmente, ainda com prestígio, PE –; o surgimento de novos centros de standardização, para além de Lisboa e Rio de Janeiro-São Paulo; e a desejada gestão multilateral das normas nacionais (Oliveira 2016; Soares da Silva 2018, 2022a). No entanto, circunstâncias adversas e outras razões (a que faremos referência na secção 5) poderão dificultar ou mesmo inviabilizar este esperado e desejado pluricentrismo.

3. A standardização do português brasileiro: entre exonormatividade e endonormatividade

O processo de standardização do PB ocorre ao longo do século XX e é marcado por uma tensão entre standardização exonormativa, sob influência da norma padrão do PE e baseada na literatura portuguesa do século XIX, e standardização endonormativa, assente nas variantes emergentes do português falado no Brasil. Esta tensão explica a grande distância entre a norma tradicional idealizada e prescritiva e a norma real (ou normas) dos grandes centros urbanos, bem como entre escrita e oralidade ou norma escrita exógena e norma oral endógena, configurando, assim, uma situação de *diglossia*. Atualmente, porém, pode observar-se uma redução gradual da diglossia brasileira, com a incorporação na norma escrita de variantes inicialmente restritas ao registo coloquial.

A influência exonormativa do PE mostra-se ainda hoje no imaginário social poderoso na sociedade brasileira que leva jornalistas, intelectuais, pedagogos e professores a travarem “guerras” sociais em defesa da dogmática, imutável e única norma padrão, decalcada da variedade literária europeia. Estes “guardiões da língua” têm construído uma cultura do erro linguístico e de desqualificação e estigmatização do falar brasileiro

coloquial e até das normas cultas urbanas. O desejo de impor o padrão europeizante vem do tempo da formação do Estado brasileiro, na segunda metade do séc. XIX, especificamente do projeto de grande parte da elite letrada brasileira de construir para o novo país uma sociedade branca e europeizada através de políticas de “higienização da raça” e da língua e de “embranquecimento” do país (Schwarcz 1993). Este imaginário linguístico e cultural continua presente naqueles que defendem a *pureza* da língua portuguesa e lutam contra as crescentes influências estrangeiras e globalizantes e contra as mudanças da própria língua. Destacam-se três manifestações específicas deste purismo e lusocentrismo: (i) o conservadorismo dos manuais de redação dos grandes jornais brasileiros, transcrevendo as prescrições estabelecidas nos velhos compêndios gramaticais, decalcados do PE; (ii) a proliferação e o sucesso de colunas gramaticais nesses jornais, empenhados na “caça” aos erros; e (iii) a importância dada ao padrão artificial europeu nos exames nacionais do ensino médio, motivada por uma pedagogia elitista que leva os professores a fixarem-se nos “erros” e a estigmatizarem todos os desvios do padrão europeu (Faraco 2001, 2008, 2011; Soares da Silva 2015).

Subjacente a esta atitude purista e normativa, está uma ideologia romântica de nacionalismo identitário, de unidade nacional e linguística no imenso território do Brasil – o chamado “verdadeiro milagre brasileiro”, um mito reforçado pelo antropólogo Ribeiro (1997) – e, complementarmente, uma ideologia de exclusão social, discriminação económica e superioridade da raça branca, que conduziu a preconceitos linguísticos acerca da inferioridade do português falado no Brasil frente à superioridade do português falado em Portugal. Entre estes mitos e preconceitos, construídos no século XIX e ainda hoje presentes nos media e nas escolas brasileiras, estão as ideias de que “o PE é puro e inalterado, ao passo que o PB é emprestado e corrompido”, “brasileiro não sabe português”, “brasileiro fala tudo errado”, “português é muito difícil”, “o Brasil é o país de idioma sem gramática”, “falar assim é feio porque é fala de índio”, “não seguir a norma é perder a oportunidade de emprego e a consequente chance de subir na vida” (Bagno 1999, 2000; Scherre 2005; Soares da Silva 2015).

Atualmente, porém, a distância entre o PB escrito e o PE escrito aumentou muito claramente, ao mesmo tempo que diminuiu significativamente a distância entre língua escrita e língua oral no PB. Isto deve-se, principalmente, à aceitação e convencionalização no registo escrito de variantes endonormativas do falar brasileiro, muitas vezes por standardização informal. São exemplos elucidativos duas mudanças sintáticas, nomeadamente a perda dos pronomes clíticos de terceira pessoa, quer as formas acusativas

o(s), *a(s)* quer a forma dativa *lhe(s)*, e a perda do sujeito pronominal nulo (Galves & Lopes 2022): sujeitos explícitos em contextos de sujeito nulo no PE e a substituição dos clíticos de terceira pessoa pelas *formas ele(s)/ela(s)* com função de objeto direto (como *viu ele*) ou a sua omissão como objeto nulo (*viu Ø*) são sistemáticos na fala e na escrita dos brasileiros de todos os grupos sociais, independentemente do género, classe social ou nível de escolaridade (Duarte et al. 2016, 2022). Outras duas mudanças sintáticas endonormativas do PB são também ilustrativas. É o caso de duas mudanças construcionais por apagamento de elementos linguísticos, que emergem na segunda metade do século XIX e se consolidam na segunda metade do século XX, principalmente no registo informal, nomeadamente o apagamento do clítico *se* em todas as construções de *se* (reflexiva, recíproca, média, anticausativa, passiva e impessoal) e o apagamento da preposição na construção relativa conhecida como “cortadora” (existente também no PE, mas menos produtiva). Tanto as construções de *se* nulo como a construção relativa cortadora são mais do que o resultado da tendência geral do PB para a perda morfológica dos clíticos ou a perda sintática de preposições: são antes novas construções emergentes, motivadas por fatores conceituais e sociais e típicas da standardização endonormativa do PB (ver Soares da Silva 2024).

Para esta diminuição da distância entre língua escrita e língua oral e para a standardização endonormativa do PB, bem expressa nestas quatro mudanças sintáticas que acabamos de apresentar, muito tem contribuído, não tanto a escola, mas os media, em particular a televisão, muito especialmente a TV Globo, fundada nos inícios dos anos 50, principalmente através de dois dos seus mais influentes e bem-sucedidos programas: as notícias do *Jornal Nacional* e as populares telenovelas, ambas transmitidas diariamente em horário nobre, das 18h às 22h30. De segunda-feira a domingo, a imensa população brasileira, cuja grande maioria tem acesso à televisão e consome várias horas de programas televisivos diariamente, recebe três telenovelas diferentes todos os dias, que alternam com os noticiários do *Jornal Nacional*. Para se tornar acessível à generalidade da população brasileira, a TV Globo tem tentado reduzir a distância entre a língua escrita e a língua falada, fazendo com que o discurso se aproxime da língua falada e apresentando ao público um uso aparentemente espontâneo da língua (ver o importante estudo de Arden (2015)). É assim que, por standardização informal, via TV Globo – efetivamente o meio mais importante de standardização do PB – e outros meios de comunicação social a partir da segunda metade do século XX e, mais a tarde, a internet e as redes sociais, as variantes do falar brasileiro vernáculo se convencionalizam na norma culta padrão.

Mas há variantes brasileiras que ainda existem predominantemente no registo coloquial ou na fala de pessoas menos escolarizadas (Galves 2001, 2018). É o caso, por exemplo, da ausência de concordância nominal em número, da ausência de concordância verbal e da consequente e acentuada redução parcial da morfologia do verbo. Um outro conjunto de variantes endógenas, como a ausência de concordância de género, existe apenas em dialetos não urbanos, principalmente em comunidades isoladas.

O facto de alguns traços endonormativos já terem sido incorporados na língua escrita, enquanto outros se mantêm restritos à língua falada, ao mesmo tempo que os traços exonormativos ainda são parcialmente apontados como referência, leva a que a escola, ainda hoje, tenha de lidar com características de duas gramáticas em simultâneo (Mattos e Silva 2004, Faraco 2008, Mendes 2016a). Como afirma Mattos e Silva (2004), “o português são dois”, sendo um o português brasileiro vernáculo e o outro o português brasileiro culto. Esta bipolarização das normas culta e vernácula é efetivamente acentuada e socialmente assimétrica no Brasil, com um grande universo de falantes a usarem a norma vernácula e um universo bem mais pequeno de falantes que conhecem e usam a prestigiada norma culta (Lucchesi 2015). Mas é também expectável que um número crescente de características endonormativas seja, mais cedo ou mais tarde, standardizado, especialmente por via informal, e incorporado na língua escrita, incluindo o registo formal. O grande desafio que continua a ser enfrentado hoje no Brasil é a consolidação e a valorização pedagógica do português brasileiro vernáculo, usado pela grande maioria dos falantes brasileiros mas negligenciado ou desprezado pelo seu pouco prestígio.

4. O biculturalismo das variedades europeia e brasileira e as suas (as) simetrias

Considerando as normas padrão do PE e do PB, o português é uma das poucas línguas que mais se aproxima da rara condição de pluricentrismo *simétrico*. Entre os fatores sociais que têm favorecido o biculturalismo simétrico PE-PB, podemos apontar os seguintes: balanceamento entre a supremacia temporal do PE e a supremacia espacial do PB; nem Portugal nem o Brasil exercem poder político ou económico um sobre o outro; ambos os países têm ganho prestígio internacional, ora Portugal como membro da União Europeia, ora o Brasil como potência económica emergente e pela popularidade internacional das suas telenovelas, música, futebol e conteúdos digitais; forte e divergente codificação dos dois padrões nacionais, nas últimas décadas, com o surgimento de dicionários e gramáticas

de referência separadamente no Brasil e em Portugal; crescente reconhecimento da importância internacional do bilinguismo do português em termos sociopolíticos, económicos e culturais; discurso racionalista-utilitarista da “unidade na diversidade” ou da “unidade superior” do português falado em Portugal e no Brasil, complementado por um discurso mais recente da *lusofonia* como ideologia política utilitarista de afirmação de um espaço supranacional de identidade linguística, política e económica (ver Soares da Silva 2015). Como afirma Mateus (2002: 42), a língua portuguesa é “um capital de investimento notável, é a nossa forma de manifestarmos a diferença” e “é através do Português que portugueses e brasileiros criam o seu próprio caminho no mundo”.

O bilinguismo simétrico e divergente PE-PB existe não apenas na cultura mas também na língua. A investigação sociocognitiva e letométrica que temos desenvolvido na última década no âmbito do projeto CONDIV (CONvergência e DIVergência entre as variedades nacionais do português), com base em variáveis lexicais, gramaticais e atitudinais, comprova a tendência evolutiva *divergente* entre PB e PE ao longo dos últimos 70 anos (Soares da Silva 2010, 2014a, 2016, 2022a, 2024). Desenvolvemos quatro grupos de estudos comparativos entre PE e PB, centrados na variação lexical, construcional, atitudinal e cultural. Estes estudos sociocognitivos e letométricos centram-se na inter-relação entre as dimensões conceptuais e sociais da variação bicêntrica PE-PB; trabalham, não com uma coleção pré-selecionada de dados, mas com *perfis onomasiológicos* de conceitos (lexicais e gramaticais) e, assim, com alternâncias entre diferentes opções de palavras ou construções disponíveis para designar a mesma entidade/situação (embora de modos subtilmente diferentes); e utilizam os métodos da letometria baseada em perfis (Geeraerts et al. 1999, Geeraerts et al. 2023) para analisar a agregação de um vasto conjunto de diferentes variáveis e quantificar convergência/divergência entre PE e PB e a sua estratificação interna.

A análise letométrica lexical incidiu sobre cerca de meia centena de perfis onomasiológicos de conceitos dos campos lexicais do futebol e do vestuário, a que correspondem 447 termos, que foram extraídos de um *corpus* estratificado diatópica, diacrónica e diafasicamente: jornais e revistas de desporto e moda portuguesas e brasileiros dos anos 50, 70 e 2000, com cerca de 4 milhões de palavras; chats de futebol, com 15 milhões de palavras; e etiquetas de lojas de vestuário, com 1.300 imagens (Soares da Silva 2010). A análise letométrica gramatical compreendeu dois subgrupos de estudos sobre variação construcional: (i) dezassete perfis onomasiológicos, extraídos do mesmo *corpus* dos anos 50, 70 e 2000, de construções preposicionais (e.g., *falar de/sobre/acerca de/em*,

interesse em/por, ansioso de/para/por), construções de complemento finito com complementador *que* vs. três construções infinitivas de verbos causativos e de percepção (*A Maria fez/deixou/viu os miúdos correrem* vs. *correr* vs. *correr os miúdos*) e ordem de palavras em construções nome-adjetivo (N+A vs. A+N) (Soares da Silva 2014a); (ii) com base em *corpora* predominantemente do registo informal (*C-Oral, Museu da Pessoa e Fóruns*), alternâncias construcionais entre presença e ausência do clítico *se* em todas as construções de *se* (reflexiva, recíproca, média, anticausativa, passiva e impessoal) – sendo esta alternância mais produtiva no PB, dada a maior frequência de construções de *se* nulo no PB do que no PE (Soares da Silva et al. 2021) –, entre relativa canónica e relativa cortadora – sendo esta alternância mais produtiva no PE, dada a menor frequência de relativas cortadoras no PE do que no PB (Soares da Silva & Afonso 2022) – e entre as preposições *a, em* e *para* regidas pelos verbos de movimento orientado para uma meta *ir, vir* e *chegar* no PB (Gil e Soares da Silva 2023). A análise letométrica atitudinal incluiu um inquérito junto de 120 estudantes portugueses e brasileiros sobre o uso de 15 perfis onomasiológicos de termos de vestuário e sobre o conhecimento do uso típico e da origem desses termos (Soares da Silva 2014a) e a análise de modelos cognitivos românticos e racionalistas subjacentes aos debates sobre a unidade/diversidade do PE e PB (Soares da Silva 2015). Finalmente, a análise da variação mais especificamente cultural incidiu na conceptualização das emoções de ‘raiva’, ‘orgulho’ e ‘amor’ lexicalmente expressas nos perfis nominais, respetivamente, de *raiva, fúria, ira, cólera e irritação, orgulho e vaidade, e amor e paixão*, com base num *corpus* de blogues dos anos 2013-2015, com a extensão de cerca de 1 milhão de palavras (Soares da Silva 2021b, 2022b).

Os resultados destes estudos confirmam: (i) a *divergência* diacrónica entre PE e PB ao longo dos últimos 70 anos; (ii) o biculturalismo *simétrico* PE-PB, patente na ausência de qualquer orientação de uma variedade em relação à outra; (iii) mais mudanças, maior influência estrangeira (Soares da Silva 2014b) e maior distância estratificacional no PB do que no PE; (iv) emergência de novas construções no PB, como as construções de *se* nulo e a construção relativa cortadora, motivadas pela correlação de fatores conceptuais, pragmáticos e sociolinguísticos (ver também Soares da Silva 2024); e (v) diferenças de conceptualização cultural das emoções entre PE e PB correlacionadas com diferenças de coletivismo/individualismo cultural, especificamente uma cultura mais individualista, mais tolerante e emocionalmente mais expressiva, como é a cultura brasileira, e uma cultura mais coletivista, mais restritiva e de maior controlo de impulsos, como é a cultura portuguesa.

O biculturalismo PE-PB não é, porém, perfeitamente simétrico. Há algumas assimetrias, principalmente a nível da inteligibilidade mútua entre as duas variedades nacionais, de exposição linguística e também a nível atitudinal e cultural. A primeira e principal assimetria reside na grande exposição de que o PB goza em Portugal e noutros países lusófonos, em oposição à exposição mínima ou mesmo nula do PE no Brasil. Os brasileiros em geral têm dificuldade em compreender o padrão europeu falado, sobretudo a sua componente fonética, ao passo que o mesmo não se pode dizer dos portugueses em relação ao padrão brasileiro falado. Podemos apontar dois indicadores que podem configurar uma certa assimetria *invertida*, no sentido de uma maior influência do PB sobre o PE (Soares da Silva 2022a). Um indicador é cultural e tem a ver com o impacto da cultura brasileira em Portugal e nos outros países lusófonos desde meados do século XX e hoje reforçada, patente na proliferação de produtos culturais audiovisuais brasileiros, especialmente telenovelas, outras séries televisivas e música (funk, sertanejo, rodas de samba), bem como no sucesso do futebol brasileiro, da comida (pão de queijo, açaí, tapioca, etc.) e da imprensa escrita brasileiras e ainda, mais recentemente, dos conteúdos da internet (vídeos YouTube, textos das redes sociais, streaming, influenciadores digitais, jogos digitais, memes, etc.), que entraram maciçamente no mercado português. A cultura popular brasileira é, pois, bem conhecida e amplamente consumida pelos portugueses, ao passo que a influência cultural inversa é mínima atualmente (embora no domínio da literatura autores portugueses como Saramago, Valter Hugo Mãe e José Luís Peixoto sejam hoje muito populares no Brasil). A assimetria é também evidente no que respeita à imprensa e à circulação de informação: os portugueses sabem muito sobre o Brasil, ao passo que os brasileiros sabem muito pouco sobre Portugal. Subjacente a este desconhecimento está uma visão negativa de Portugal profundamente enraizada na sociedade brasileira e ainda patente na imprensa, nos manuais escolares e até em produções culturais como filmes e telenovelas. O Brasil parece ter vergonha da sua herança portuguesa (Fino 2021). Nos últimos anos, a influência é enorme em diversos conteúdos digitais, principalmente vídeos, influenciadores e plataformas de streaming, a ponto de se falar de “colonização digital brasileira de Portugal”. O segundo indicador é social e tem a ver com o enorme aumento de imigrantes brasileiros em Portugal nos últimos anos, estimando-se em cerca de 500 mil hoje (correspondendo a cerca de 50% dos estrangeiros a residir em Portugal), com as consequentes influências linguísticas e culturais. A afinidade linguística e cultural, a qualidade de vida (saúde, educação e principalmente segurança), a facilidade de obtenção

de visto e o custo de vida mais baixo em comparação com outros países europeus são os principais fatores que atraem os brasileiros para Portugal.

Uma outra assimetria é de sentido inverso à anterior e diz respeito ao peso que a tradição portuguesa ainda tem no espaço brasileiro. Uma boa ilustração disso é o purismo linguístico no Brasil referido na secção anterior, que impõe uma norma decalcada do PE literário, condena o uso de estrangeirismos e de formas e construções tipicamente brasileiras, difunde preconceitos linguísticos sobre a inferioridade da língua falada no Brasil e usa a norma do PE como instrumento de exclusão social. Atitudinalmente e em sentido inverso, as formas linguísticas brasileiras têm sido vistas em Portugal como “invasoras” e mesmo “assassinas” da língua. Em 1983, foi publicado em Portugal o livro coletivo “Estão a assassinar o português!” (Moura 1983), que defendia que o principal culpado das “desgraças da língua portuguesa” são as telenovelas brasileiras. Mais recentemente, a aversão à variedade linguística brasileira ressurgiu no contexto do novo Acordo Ortográfico: tendo envolvido mais mudanças no PE do que no PB, muitos portugueses veem nele a submissão inaceitável de Portugal ao Brasil, a “venda da língua” ao Brasil, um “desastre nacional” ou um “crime nacional” (Moura 2008). Ainda mais recentemente, o forte aumento de imigrantes brasileiros reforçou a atitude negativa de muitas famílias e de muitas escolas portuguesas em relação ao PB, considerando-o como um obstáculo ou um distúrbio no desenvolvimento linguístico das crianças portuguesas (cf. estudo de Farias (2023) sobre a notícia muito comentada “Há crianças portuguesas que só falam ‘brasileiro’”, publicada no jornal português *Diário de Notícias*, em 10 de novembro de 2021).

Uma última assimetria, também no sentido de maior dominância do PE, já a referenciamos na secção anterior: a endonormatividade do PB é, por razões históricas e sociais bem conhecidas, de menor grau do que a do PE, ressentindo-se ainda de uma certa influência exonormativa do PE. Consequentemente, a distância entre a norma culta e a norma vernácula é bem maior no PB do que no PE, como pudemos demonstrar letometricamente (Soares da Silva 2010, 2014a).

Para terminar esta secção, importa verificar se a referida assimetria invertida de influência do PB sobre o PE a nível cultural e de perceção e atitudes linguísticas se verifica com o mesmo grau também a nível do uso da língua. A resposta é não (ou ainda não) (ver Soares da Silva 2022a). A influência linguística do PB sobre o PE existe, mas não é elevada. Ao contrário do que muitos garantiram ou vaticinaram, o impacto linguístico das famosas telenovelas brasileiras foi pouco significativo: muito poucas expressões

brasileiras entraram no PE coloquial. E a nossa investigação letométrica mostrou que a esperada influência crescente do PB sobre o PE não se confirma: apenas 2% dos termos brasileiros de futebol (considerado um dos campos lexicais com maior probabilidade de ser influenciado pelo PB) entraram no PE. É o caso dos brasileirismos *bandeirinha*, *atacante*, *falta* e *plantel*. Mas há muitos outros sem qualquer ocorrência no PE: por exemplo, *goleiro* e *arqueiro* (ambos com o sentido de ‘guarda-redes’), *avante*, *escanteio* (‘pontapé de canto’), *impedimento* (‘fora de jogo’), *gol* (‘golo’ e ‘baliza’) e *zagueiro* (‘defesa’). E a influência atual pela internet e nas escolas portuguesas e outros espaços deixa naturalmente algumas marcas lexicais e construcionais sobretudo nas crianças, mas serão efémeras e esse impacto será pouco significativo.

5. Nativização das variedades africanas, com foco no português moçambicano

As variedades africanas do português, especialmente moçambicana (PM) e a angolana (PA), emergiram nas últimas duas décadas do século XX e foram inicialmente adquiridas como L2, num contexto fortemente marcado pelo contacto de línguas e consequente bi/multilinguismo e pela exposição mínima ou inexistente ao padrão do PE (Gonçalves 2013, Hagemeyer 2016). Efetivamente, a independência e a descolonização das antigas colónias portuguesas, especialmente a fuga dos colonos portugueses, levaram a um grande afastamento em relação ao português padrão falado e, ao mesmo tempo, facilitaram o desenvolvimento de certas características distintivas das variedades africanas do português, divergentes do PE. Admite-se que grande parte das inovações desenvolvidas pelas variedades africanas do português, nomeadamente de Moçambique, Angola e São Tomé e Príncipe, quando comparadas com a norma do PE, resulta da interferência das numerosas línguas bantu (Gonçalves 2010, 2013; Inverno 2011, 2018; Mingas 2000; Firmino 2021, 2024; Gerards & Meisnitzer 2024; Hagemeyer 2024).

O PM e o PA vivem hoje uma tensão entre um processo endógeno e contínuo de *nativização* linguística e a pressão exógena e normativa do PE. Por um lado, a norma do PE é amplamente desconhecida para a maioria dos falantes, incluindo os próprios professores (Chimbutane 2018, Inverno 2018). A grande maioria dos professores em Moçambique e em Angola fala variedades nativizadas dos seus respetivos países e recebeu a sua formação e profissionalização em instituições locais. Além disso, as escolas moçambicanas, angolanas e de outros PALOP funcionam como um agente de cristalização

das características locais do português, sendo pois parte importante do processo de nativização das variedades africanas. Por outro lado, o PM e o PA, bem como as outras variedades africanas do português, estão (e continuarão a estar) sujeitas à influência contínua do PE, sendo expectável que essa influência se intensifique no contexto das relações e dos intercâmbios pós-coloniais e com o desenvolvimento da educação em Moçambique, Angola e noutros PALOP (Baxter 2018: 308).

Aplicando o influente Modelo Dinâmico elaborado por Schneider (2007) para a descrição da evolução dos vários e diversos *inglês* pós-coloniais no mundo – que inclui cinco estádios sucessivos e graduais: fundação, estabilização exonormativa, nativização, estabilização endonormativa e diferenciação –, podemos dizer que as variedades africanas do português, especialmente o português de Moçambique, de Angola e de São Tomé e Príncipe, se situam atualmente no estádio de *nativização*. No caso de Moçambique, que aqui vamos considerar muito brevemente, este estádio parece ser mais avançado e encontram-se aí já alguns sinais do estádio seguinte de *estabilização endonormativa* (ver Soares da Silva & Mevis, no prelo). Depois da presença inicial dos portugueses em Moçambique e nas outras antigas colónias desde o séc. XV, a fase *fundacional* de implantação do português (PE) na colónia moçambicana ocorre no início do século XX, com a contratação de população nativa para trabalhar na então importante cidade portuária de Lourenço Marques (hoje Maputo). A *estabilização exonormativa* da língua portuguesa no território moçambicano corresponde ao período da independência de Moçambique, em junho de 1975, altura em que o português, falado sobretudo nos centros urbanos por um grupo minoritário e elitista de moçambicanos como L2 e aprendido na escola, foi instituído como língua oficial e símbolo principal de unidade nacional, passando a ser a principal língua usada em contextos públicos, na instrução em todas as escolas, nos media e pelas elites políticas, sociais e culturais.

A instrumentalização do PE como estratégia eficiente de coesão territorial e social interna e de unidade nacional e o seu prestígio social em Moçambique conduziram, no período pós-independência até aos dias de hoje, a um aumento significativo de falantes do português – de 1980 a 2017, como L1 de 1,2% para 16,6% e como L2 de 23,2% para 41,5% (Chimbutane & Gonçalves 2023) –, acompanhado de uma elevada redução do número de falantes de uma língua bantu (de entre as 20 existentes) como L1, à difusão do seu uso diário e informal nos centros urbanos, à sua aprendizagem e ao seu uso em todas as escolas principalmente como L2, à primeira geração de falantes do português como L1 e ainda ao uso quase exclusivo do português nos meios de comunicação social. Tudo isto

está na base da *nativização* do PM, a qual se consubstancia linguisticamente numa série de desvios estruturais do PE e na emergência, difusão, sedimentação e convencionalização de um conjunto de mudanças fonológicas, morfossintáticas, sintáticas e lexicais. De entre os indicadores linguísticos de nativização do PM, destacam-se, na fonologia, a reestruturação silábica, a pré-nasalização das consoantes e o ensurdecimento das oclusivas sonoras; no léxico, empréstimos das línguas bantu e do inglês sul-africano e neologismos lexicais e semânticos; e na gramática o uso do clítico *lhe* para marcar objeto direto, a transitivação de alguns verbos intransitivos ou preposicionais e as novas construções passiva dativa, relativa resuntiva, de duplo objeto e mudanças em construções preposicionais, passivas, aspetuais e temporais (Gonçalves 2010, 2013; Chimbutane 2018; Firmino 2021, 2024; Soares da Silva & Mevis, no prelo).

Embora o PE seja ainda hoje dominante na administração pública, na vida política, nas escolas e nos media e seja visto pelas elites sociais como o modo perfeito e correto (“mais puro”) de falar o português (Firmino 2024: 821) e embora exista um elevado grau de *diglossia* entre o português e todas as línguas bantu, pode dizer-se que, passados cerca de 50 anos da independência de Moçambique, a variedade do PM se encontra atualmente numa etapa avançada do processo de nativização, sem que isso implique a rejeição do PE, mas a sua reestruturação, e já com um pé na fase seguinte do modelo dinâmico de Schneider. De entre os indicadores linguísticos de *estabilização endonormativa* do PM ao nível da sua standardização e da sua codificação formal (embora ainda incipiente e mais lexical do que gramatical), destaca-se o projeto lexicográfico em curso de elaboração do *Dicionário do Português de Moçambique* (DiPoMo), coordenado por Inês Machungo e que inclui a construção do *Corpus do Português de Moçambique*, os quais servirão de base para a criação de recursos didáticos e computacionais adequados a Moçambique.

As projeções demográficas e demolinguísticas de fortíssimo aumento, ao longo do presente século, da população e de falantes do português como L1 nos PALOP, sobretudo em Moçambique e Angola, referenciadas na secção 2, são a esperança, juntamente com a desejada melhoria das condições educacionais e socioeconómicas e o desejado investimento em políticas e recursos endonormativos, de que o PM – e também o PA e outras variedades africanas do português – possa alcançar nas próximas décadas a sua *estabilidade endonormativa*, o seu estatuto *cêntrico* e mesmo o estágio final da sua maturidade, isto é, a sua *diferenciação*. No entanto – e como é também próprio de um modelo dinâmico, que pode não atingir os seus estádios finais –, outras circunstâncias diferentes e adversas, a ausência de políticas linguísticas adequadas, dificuldades de ordem

prática, razões de conveniência económica e cultural e de falta de prestígio, acompanhada de preconceitos linguísticos, da variedade moçambicana e das outras variedades africanas poderão dificultar ou mesmo inviabilizar a autonomização, o estabelecimento da norma e a centricidade do PM e de outras variedades africanas.

Ainda uma observação final para referir o *contínuo linguístico afro-brasileiro* (Petter 2009, Álvarez López et al. 2018), resultante de um substrato bantu comum e de mudanças induzidas pelo contacto de línguas e expresso num conjunto de traços linguísticos comuns às variedades africanas e ao PB e divergentes do PE, o que poderá despoletar novas convergências entre PM (PA e variedades africanas) e PB.

6. Codificação pluricêntrica ou panlusófona?

Analisados sumariamente os processos passados e atuais de estandardização formal e informal da língua portuguesa nas suas variedades nacionais, quer as duas bem estabelecidas (europeia e brasileira) quer as emergentes (africanas, com destaque para a moçambicana), verifiquemos agora que modelos de estandardização se podem e se devem implementar para o português no século XXI e que oportunidades e ameaças se colocam a esses modelos. Especificamente, a questão pode formular-se nos seguintes termos: uma estandardização verdadeiramente *pluricêntrica* de várias normas padrão, cada uma com a sua própria dinâmica, ou uma estandardização *panlusófona* de uma norma padrão supranacional comum, orientadora e internacional, ou ainda um misto de ambos os modelos de estandardização? A primeira resposta geral que propomos em termos normativos e políticos é dizer que tanto a estandardização pluricêntrica como a estandardização panlusófona são desejáveis e adequadas, mas por razões diferentes, e ambas têm as suas ameaças e as suas oportunidades. Uma segunda resposta, também geral, mas de reporte perceptivo e atitudinal e também de políticas de língua efetivas ou apenas enunciadas, é dar conta de que ambos os modelos de estandardização do português têm sido defendidos por ideologias tanto *românticas* como *racionalistas* (ver Soares da Silva 2015, 2020). Importa, a este propósito, acrescentar que vários discursos atuais sobre políticas de língua portuguesa mesclam modelos românticos e racionalistas de unidade e de diversidade do português. São exemplos disso o discurso sobre a *lusofonia* como espaço de culturas plurais e fator de relevância económica (Fiorin 2006, Martins 2006, Cristóvão 2008), o discurso sobre o *potencial económico* da língua portuguesa (Reto 2012), o

discurso a favor do Acordo Ortográfico como instrumento político ao serviço da estratégia ideológica da lusofonia e discursos sobre a internacionalização da língua portuguesa e da sua gestão (Soares da Silva 2015).

Atendendo ao estatuto internacional e intercontinental (ou, como propõe Castro (2009), multinacional e multicontinental) da língua portuguesa, à tendência evolutiva e à vocação das grandes (em geografia e demografia) línguas, às tendências divergentes das variedades nacionais do português e às políticas desejavelmente democráticas de língua e da sua gestão multilateral, o modelo mais adequado e mais necessário de estandardização para o português é o modelo *pluricêntrico*. A estandardização efetivamente pluricêntrica do português deverá assentar em três pilares.

Um pilar descritivo, que promova e aumente significativamente os estudos comparativos sobre as variedades nacionais do português e as suas tendências evolutivas, predominantemente divergentes (PB vs. PE; PM, PA e outras variedades africanas vs. PE) e parcialmente convergentes (PM-PA e outras variedades africanas e PB, dado o substrato bantu comum: Álvarez López et al. 2018, Gerards 2022), bem como sobre os processos de nativização em curso e da esperada estabilização endonormativa das variedades africanas, a começar pela variedade moçambicana, e da variedade timorense. Estes estudos sociolinguísticos beneficiarão de uma perspetiva *sociocognitiva*, no enquadramento da sociolinguística cognitiva, e de uma metodologia *letométrica* baseada em perfis onomasiológicos, como as que temos utilizado no âmbito do projeto CONDIV, maioritariamente ainda na análise dos indicadores lexicais, gramaticais e atitudinais de divergência diacrónica entre PB e PE e que esperamos brevemente estender às variedades africanas do português. Importa estudar as variedades emergentes como entidades dinâmicas e *prototípicas* (com componentes e usos mais representativos e outros menos, que podem ou não, aqueles e estes, ganhar maior saliência), que exprimem e simbolizam categorizações sociais e estas, por seu turno, representam entidades cognitivamente criadas e não “fronteiras naturais”. E importa analisar, com base em *corpora* representativos e/ou através de métodos experimentais avançados, todos os fatores de variação *semântica* lexical e gramatical, especialmente fatores conceptuais, pragmático-discursivos e de processamento cognitivo e a sua correlação com fatores estruturais e sociolinguísticos, de que as alternâncias construcionais (geralmente analisadas em termos apenas formais) são bons exemplos. Importa ainda aplicar métodos letométricos baseados em perfis onomasiológicos para medir divergência/convergência entre as variedades nacionais, a estratificação interna de cada uma e outras distâncias, bem como investigar os modelos

cognitivos e culturais dos portugueses, brasileiros, africanos e timorenses de percepção e avaliação da sua variedade nacional e das outras e, nos casos africano e timorense, da sua variedade nativizada e da variedade ainda padrão (PE).

O segundo pilar é normativo e de codificação *formal* ou deliberada, em todas as dimensões do uso da língua e não apenas na ortografia e no léxico, tomando como base os estudos sociolinguísticos anteriores. Precisamos de dicionários pluricêntricos e, especialmente, de gramáticas pluricêntricas, que integrem sistematicamente a variação entre os diferentes padrões nacionais do português. Apesar do notável desenvolvimento da gramatização do português e do *boom* gramatical nos últimos vinte anos no Brasil e em Portugal, com a publicação de novas e ampliadas gramáticas científicas e normativas da língua portuguesa (ver Soares da Silva 2000), as gramáticas que temos são monocêntricas, ora sobre o português europeu (Mateus *et al.* 2003, Raposo *et al.* 2013), com a referência tradicional e histórica de “língua portuguesa” ou “português”, ora sobre o “português brasileiro” (Perini 2010, Castilho 2010, Bagno 2012) ou “português do Brasil” (Neves 2000, Azeredo 2008), ora ainda sobre a pretensa “superior unidade dentro da diversidade” ou “língua comum” (Cunha & Cintra 1984, Bechara 1999) mas que é lusocêntrica. Naturalmente que a standardização pluricêntrica poderá também ser *informal*, através dos grandes meios de comunicação social, especialmente a televisão e a internet, e normatizando novas formas e construções geralmente dos registos oral e informal e inicialmente estigmatizadas, como já aconteceu e continua a acontecer com o PB e com o PE. Espera-se que, em relação ao PB, a TV Globo e outros media continuem a contribuir para a estabilização endonormativa de variantes ainda coloquiais e estigmatizadas e que, no caso do PM e das outras variedades africanas bem como da variedade timorense, as respetivas televisões, os jornais e outros meios de comunicação social deixem de seguir integralmente o padrão do PE e façam o que a TV Globo fez para o PB a partir da segunda metade do século passado.

O terceiro pilar é político e educacional. São necessárias e urgentes políticas de língua que reconheçam e promovam o pluricentrismo do português, não apenas o bicentrismo PE-PB mas também o centrismo das variedades nacionais emergentes, africanas e timorense. Espera-se que a CPLP, através do IILP, passe a ter um papel bem mais ativo e articulador de desenvolvimento de políticas de língua pluricêntrica, de apoio na elaboração de instrumentos normativos pluricêntricos, especialmente dicionários e gramáticas, de gestão multilateral do sistema pluricêntrico de normas padrão da língua portuguesa, envolvendo e estimulando a participação ativa dos PALOP e de Timor-Leste e não apenas

de Portugal e do Brasil, e de utilização de métodos para verificar e avaliar a implementação dos “planos de ação” da CPLP. Espera-se também que a CPLP, o Instituto Camões (Lisboa), o recente Instituto Guimarães Rosa (Brasília) e outras instituições que têm responsabilidade em política de língua portuguesa e ensino do português como L2 (e também como L1) desenvolvam práticas educacionais que promovam o pluricentrismo do português, ensinando os distintos padrões nacionais do português ou, pelo menos, as suas principais diferenças. É de louvar a notável ação do IILP de lançamento do Portal do Professor de Português Língua Estrangeira (PPPLE), com materiais didáticos para o ensino nas diferentes variedades do português (Mendes 2016b). Crucialmente, é fundamental ver na valorização, estudo e ensino da variedade nacional nativizada (dos PALOP e de Timor-Leste) e da norma(s) linguística(s) dos grandes centros urbanos (principalmente brasileiros, moçambicanos e angolanos) um instrumento de participação política e educacional, a base do nacionalismo *cívico* e da democracia, tão necessários nas sociedades brasileira e africanas atuais, que ainda mantém características da época colonial, como o autoritarismo político, o oligarquismo económico e o elitismo cultural.

Há oportunidades e fatores facilitadores e potenciadores da standardização pluricêntrica do português. Um é a divergência acentuada e contínua entre PB e PE, ao longo dos últimos 70 anos, que confirmámos em termos sociocognitivos e letométricos no âmbito do projeto CONDIV, como vimos na secção 4. Há linguistas dum lado e do outro do Atlântico que assumem uma posição maximamente divergente (exclusiva e excessivamente centrada na diversidade), considerando que o que se fala no Brasil e em Portugal são já, como argumenta com dados linguísticos, ecológicos, étnicos e culturais o linguista brasileiro Bagno (2001), ou serão num futuro não muito distante, como garante com argumentos históricos e evolutivos o linguista português Venâncio (2020), línguas diferentes – *brasileiro* e *português*. Um segundo fator é a nativização das variedades africanas do português, particularmente a nativização da variedade moçambicana (talvez um pouco mais avançada do que a da variedade angolana: ver Gonçalves 2013), evidenciando mais indicadores linguísticos endógenos (ver Soares da Silva & Mevis, no prelo) e menos dependência dos códigos do padrão europeu, como vimos na secção 5. Um terceiro fator é prospetivo e baseia-se nas projeções demográficas e demolinguísticas para os países lusófonos até final do século XXI, que apontam, como vimos na secção 2, para um aumento muito acentuado da população e de falantes do português nos PALOP, sobretudo em Angola e Moçambique. A estes fatores de pluricentrismo crescente, que vai para além do estabelecido bicentrismo PE-PB e pode chegar a um sistema de quatro

padrões nacionais – três demograficamente fortes (PB, PM e PA) e um histórica e simbolicamente muito relevante (PE) –, pode acrescentar-se a oportunidade de alinhamento político, tecnológico, educacional e científico por parte de todos os países lusófonos com alguns dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) global para 2030, estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), nomeadamente promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis (ODS 16) e reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países (ODS 10).

Mas há também sérias ameaças à standardização pluricêntrica do português. Uma ameaça decorre do histórico, hegemónico e ainda bem presente bicentrismo PE-PB, pela primazia linguística, cultural e política dos dois centros europeu e brasileiro, ainda os únicos ou principais centros codificadores e gestores das normas padrão do português. Uma outra ameaça vem da pressão da norma padrão do PE nos PALOP e em Timor-Leste, por vontade política das autoridades desses países ou por conveniência social e económica, e que pode intensificar-se no contexto das relações e dos intercâmbios pós-coloniais e com o desenvolvimento da educação nesses países. Uma terceira ameaça, diretamente relacionada com a anterior, traduz-se nos diversos obstáculos que poderão dificultar ou mesmo impedir a evolução das variedades emergentes mais ou menos nativizadas para os dois últimos estádios do modelo dinâmico de Schneider (2007), isto é, a sua estabilização endonormativa e a sua diferenciação. Entre esses obstáculos podem estar a falta de prestígio dessas variedades nativizadas em comparação com a norma padrão do PE e os preconceitos linguísticos de falar incorretamente o português a elas associados; os estigmas sociais e económicos de perder a oportunidade de emprego e a consequente ascensão socioeconómica por não falar a norma padrão do PE; os estigmas em relação à influência das línguas locais, especialmente as línguas bantu, e a incompreensão (geral e de linguistas) do processo de contacto de línguas, eminentemente *dinâmico*, de diferentes graus de inter/transferência e de reestruturação da gramática do português; as fragilidades e limitações dos mercados linguísticos desses países africanos e asiático, que tornam muito dispendiosa a produção de materiais didáticos endógenos; a falta de políticas de língua adequadas à estabilização das variedades nativizadas, por indisponibilidade financeira, por desinteresse ou por falta de vontade política em matéria de língua e de cultura; a inércia da CPLP e do IILP nos domínios de política de língua, planificação linguística e ensino do português como língua estrangeira e a falta de uma verdadeira academia da língua

portuguesa; de novo, a inércia e a burocracia da CPLP, que pouco tem feito pelo seu terceiro objetivo principal, que é promoção da língua, que tem anunciado a criação de um canal de televisão próprio para difundir a diversidade cultural e linguística, mas que não passa de um desejo, e que se desacreditou com a incorporação da Guiné Equatorial; o discurso racionalista da lusofonia como estratégia de afirmação política e económica no mundo globalizado atual; as pressões para uma estandardização convergente da língua portuguesa para responder a transformações recentes como a presença da língua na Internet, o crescimento de diásporas internas à CPLP e o aumento do intercâmbio de produtos culturais entre os países da CPLP.

Vejamos agora o modelo de estandardização panlusófona. Convém esclarecer que se trata, não de impor veladamente um dos padrões dominantes, ora o europeu, como tem acontecido com o discurso da língua comum da lusofonia, ora o brasileiro, como se poderá admitir pela maior influência da língua e cultura brasileira e a dominância do PB nos conteúdos digitais e ainda por ser o PB o que mais está a ser ensinado no contexto do PLE, ora ainda de ambos, como mais facilmente poderá acontecer, nem de uma homogeneização dos padrões nacionais ou convergência artificial desses padrões, mas de construir um padrão supranacional para uso internacional, um *português global* ou um *português internacional*. O modelo *panlusófono* de estandardização assim entendido pode ser o mais adequado para garantir uma maior e mais eficiente internacionalização da língua portuguesa, especialmente no ensino de português como língua estrangeira (PLE). Embora o debate sobre uma norma panlusófona ainda não esteja instalado, ao contrário do que sucede com o espanhol, alguns linguistas têm advogado a construção de um *português internacional*. Santos (2016: 52-53) apela à construção de um português internacional comum, “não só nem especialmente um vocabulário ortográfico autorizado, mas uma gramática e um léxico comuns que sejam os primeiros a ser ensinados às crianças – e aos estrangeiros”. E aponta cinco áreas de atuação de um português internacional comum: a tradução de qualquer outra língua para o português internacional, livros infantis para o ensino do português internacional às crianças, livros pedagógicos para o ensino do português internacional aos estrangeiros e a comunicação entre lusofalantes de variedades nacionais diferentes. Esclarecendo a noção de português como *língua internacional*, Mulinacci (2016) argumenta em favor de um português internacional destinado, não ao público lusófono, mas ao público estrangeiro, particularmente àquele “pouco ou nada interessado em se integrar numa das duas culturas alvo da Lusosfera e desejoso somente de adquirir um domínio do português que lhe permita viajar pelos estados da CPLP, fazer

ali negócios, comunicar com as populações residentes ou simplesmente entrar em contato com outros utentes internacionais desta língua.” (Mulinacci 2016: 121). Considera ainda Mulinacci (2016) que o português destinado ao público internacional deveria ser um compromisso entre as normas existentes, necessariamente desnacionalizado para não ser identificável como próprio de nenhum país e integrando características provenientes das diversas variedades. Num estudo acabado de publicar sobre teoria e prática da internacionalização do português, Albuquerque & Mulinacci (2024) defendem que se o português quiser realmente aspirar a tornar-se uma língua internacional “na concreta aceção de “*language of wider communication*”, isto é, capaz de ser usada como instrumento de comunicação entre falantes estrangeiros de outras línguas e não apenas de outras variedades internas dela” (p. 20) então deverá “investir em um padrão internacional propositalmente reservado para aprendizes estrangeiros e, por isso, suficientemente desnacionalizado (conquanto sem ser artificial) para se tornar instrumento da efetiva internacionalização do português” (p. 12).

São inegáveis as vantagens e as oportunidades deste *português internacional*, especialmente (e mais realisticamente) aquele que é proposto “exclusivamente – conforme de resto convém, intrínseca e quase ontologicamente, a um idioma rotulado de internacional –, para quem deseja aprendê-lo como língua estrangeira” (Albuquerque & Mulinacci 2024: 11) e cujo público-alvo, com o perfil de aprendente aloglota e no contexto atual de globalização e mobilidade crescente, é numeroso e vem crescendo significativamente: vantagens políticas e geopolíticas na promoção e difusão internacional do português; vantagens económicas e culturais nos setores turísticos, comerciais, industriais e de mercado cultural global; e especialmente vantagens didáticas no ensino de PLE em países não lusófonos, incluindo a construção de materiais didáticos adequados, face aos problemas práticos de decidir que português ensinar (PE ou PB) e como o ensinar, considerando quer os professores nativos e não nativos quer os aprendentes de PLE quer ainda os respetivos contextos de ensino, pese embora o notável trabalho de investigação e ensino sobre PLE, incluindo neste mesmo contexto a investigação e o ensino do português como língua pluricêntrica, já existente (e.g., Duarte 2016, 2022a, b; Koch 2019). Poderá, no entanto, também admitir-se, como Santos (2016) propõe, e à semelhança do que se tem verificado nos últimos anos para o espanhol com a emergência e construção de uma *norma pan-hispânica* (Lebsanft et al. 2012), um português global ou, mais especificamente, uma norma panlusófona destinada a todos os falantes do português e, portanto, também ao

público lusófono, e potenciando a unidade ainda existente da língua portuguesa, embora este ideal panlusófono seja efetivamente menos plausível.

Existem naturalmente ameaças a este modelo panlusófono de português internacional ou português global. A primeira e talvez principal ameaça é a que apontámos em Soares da Silva (2018): tal modelo de estandardização não passa ainda de um desejo, sem qualquer referente real, ao contrário do modelo de estandardização pluricêntrica. Obviamente que este facto não serve de argumento para dificultar e muito menos para inviabilizar a codificação do português internacional/global; apenas quer dizer que a sua construção implica mais esforços linguísticos, políticos e até didáticos. Além disso, faltam, da parte dos seus proponentes, orientações sobre como codificar em ortografias, dicionários e gramáticas esse português internacional/global; que soluções práticas utilizar – a generalização de determinadas formas e construções em função, por exemplo, do prestígio da variedade a que pertencem ou a neutralização de diferenças entre variedades através de expressões mais genéricas ou ainda outra estratégia? Uma segunda ameaça tem a ver com a falta de políticas linguísticas de gestão supranacional do português, o que leva um dos defensores do modelo a advertir que esse padrão linguístico internacional neutro “não existe ainda e duvido que possa vir a existir numa comunidade historicamente assente no papel centralizador de Portugal e cuja recente viragem ideológica “pós-nacionalista”, da língua como pátria comum, nunca se tem convertido numa gestão autenticamente supranacional do português” (Mulinacci 2016: 115). Uma terceira ameaça, que pode estar na base da anterior, é a falta de interesse ou de vontade política, e também social e cultural, sobretudo do Brasil e de Portugal, que podem ver neste português internacional ou global um distúrbio à sua projeção linguística e cultural, mas também dos PALOP e de Timor-Leste, cujas ambições identitárias das suas variedades nativas podem ficar comprometidas. Acresce a falta de interesse que tem havido da parte do mundo académico e também dos próprios falantes. Uma quarta ameaça é ainda não se ter sentido no mundo lusófono a necessidade prática e normativa que já se sentiu no mundo hispânico, desde os anos 90, de uma língua “global”, “internacional” ou “neutra”. Este ideal de língua e de norma panhispânica (Lebsanft 2004) já se desenvolve na forma de várias *koinés* que emergem do uso e que dependem do grau de assimilação linguística entre falantes de distintas variedades em contacto e da valorização das variedades, tem já instrumentos normativos, como o “Diccionario panhispánico de dudas” (2005) e a “Nueva gramática de la lengua española” (2009), e uma realização interessante na imprensa hispanófono nos EUA, onde coexistem diferentes variedades do espanhol de vários centros normativos, e ainda o chamado

espanhol *neutro*, uma norma artificial criada para as dobragens de filmes nos EUA, que reúne características de variedades hispanoamericanas e que também é usada na cadeia de televisão CNN nos EUA, sendo por isso também conhecida como “norma CNN”. Uma outra ameaça é a ideia de um padrão internacional balanceado entre Portugal e o Brasil, conduzindo, assim, a uma nova forma de bicentrismo luso-brasileiro. Além disso, o próprio bicentrismo PE-PB bem estabelecido e relativamente simétrico dificilmente facilitará, ao contrário do pluricentrismo misturado e assimétrico do espanhol, debates sobre a viabilidade de uma norma panlusófono e a sua codificação.

7. Conclusões

Estandarização *pluricêntrica* das diferentes normas padrão nacionais do português e estandardização *panlusófono* de uma norma supranacional comum como português internacional ou português global são desafios à estandardização e codificação da língua portuguesa no século XXI, bem como às políticas e ao ensino do português, aos meios de comunicação social e ao mercado cultural em português, enfrentam, ambas, problemas e ameaças e, embora aparentemente contraditórios, podem combinar-se. Atendendo ao que a língua portuguesa é – uma língua pluricêntrica, embora ainda mais bicêntrica do que pluricêntrica, dado o bicentrismo luso-brasileiro estabelecido e hegemónico e a ainda nativização, em diferentes graus e com menor ou maior influência exonormativa do padrão europeu, das diversas variedades africanas e da variedade timorense – e ao que se pode esperar que venha a ser – uma língua crescentemente pluricêntrica, em função dos indicadores demográficos e demolinguísticos de forte aumento da população e de falantes do português nos PALOP, sobretudo em Angola e Moçambique, das legítimas ambições autonomistas e identitárias das variedades emergentes, dos efeitos da globalização favorecendo as *periferias* africanas e asiática e das tendências mais naturalmente fragmentárias e divergentes das línguas de grandes comunidades, já confirmadas em relação aos dois padrões estabelecidos PB e PE, em termos letométricos no âmbito do projeto CONDIV –, propomos que o modelo de estandardização e codificação verdadeiramente pluricêntrica é o mais necessário, urgente e adequado, podendo mesmo abrir caminho ao modelo panlusófono.

Propusemos três pilares (descritivo, normativo e político-educacional) para o processo de estandardização e codificação pluricêntrica do português: desenvolver estudos

comparativos sobre as variedades nacionais do português e as suas tendências evolutivas, predominantemente divergentes e parcialmente convergentes, bem como sobre os processos de nativização em curso e da esperada estabilização endonormativa das diversas variedades africanas e da variedade timorense; elaborar instrumentos normativos plenamente pluricêntricos, principalmente dicionários e gramáticas, mas também instrumentos endonormativos (ortografias, dicionários e gramáticas) para as variedades emergentes, necessários para entrarem no estágio subsequente do modelo dinâmico de Schneider (2007), de estabilidade endonormativa, e ainda promover a standardização *informal* principalmente das variedades emergentes através dos grandes meios de comunicação, televisão, jornais e internet, à semelhança do que a TV Globo tem feito para o PB; construir uma política verdadeiramente pluricêntrica do português e de gestão multilateral dos diferentes padrões nacionais, estabelecidos e emergentes, desejavelmente no âmbito da CPLP e com a colaboração ativa e articulada do Instituto Camões, do Instituto Guimarães Rosa e de outras instituições e desenvolver práticas educacionais e materiais didáticos para o ensino do português como língua pluricêntrica, replicando os bons exemplos que já existem. Para os trabalhos descritivos, mas também para os normativos e político-educacionais, propomos a perspectiva da sociolinguística cognitiva, em diálogo frutífero com a perspectiva tradicional da sociolinguística variacionista (Labov 1972), e a metodologia letométrica baseada em perfis onomasiológicos, tal como temos aplicado no âmbito do projeto CONDIV e nos tem permitido quantificar a divergência contínua entre PB e PE ao longo dos últimos 70 anos. A abordagem sociocognitiva e letométrica permite analisar todos os fatores da variação pluricêntrica lexical e gramatical (com destaque para as alternâncias construcionais, geralmente analisadas em termos estritamente formais), especialmente a relevância de fatores conceptuais, pragmáticos e de processamento cognitivo e a sua correlação com fatores estruturais e sociolinguísticos, quantificar divergência/convergência e outras distâncias entre variedades e dentro de cada uma e *quão pluricêntrico é e vai ser o português*, analisar as atitudes dos falantes do português e identificar os seus modelos cognitivos e culturais de perceção e avaliação da sua variedade nacional e das outras e, nos casos africano e timorense, da sua variedade nativizada e da variedade ainda padrão europeia; e ainda, com base nos resultados obtidos, orientar os processos de standardização pluricêntrica formal e informal e as políticas e práticas educacionais do português pluricêntrico.

Os resultados obtidos da descrição do pluricentrismo do português, não só do bicentrismo PE-PB mas também dos diversos processos de nativização das variedades

emergentes, incluindo os efeitos do contacto com as línguas locais e da influência exonormativa do padrão europeu, bem como os resultados dos processos normativos de estandardização pluricêntrica formal e informal constituirão a base sólida para a possível e (ainda por poucos) desejada construção de uma norma panlusófona comum, não só útil para a internacionalização efetiva do português e, particularmente, para o seu ensino como língua estrangeira (combinando-se com as boas práticas já existentes de ensino do português pluricêntrico como língua estrangeira), como também desejável para evidenciar e preservar a unidade ainda existente da língua portuguesa. É possível (embora pouco provável nos próximos tempos) construir esta norma panlusófona ou o português internacional/global, por processos informais ou formais de generalização de determinadas características mais representativas das variantes mais dominantes e de neutralização de diferenças mais marcadas, sem que isso implique perigar a necessária estandardização pluricêntrica da língua portuguesa. A prova da viabilidade desta combinação está ao nosso lado, no espanhol, que tenta conciliar estandardização pluricêntrica com o ideal de uma norma pan-hispânica comum, bem acolhida por um grande número de falantes. Salvaguardando-se as claras diferenças no pluricentrismo e nos processos de estandardização do português e do espanhol, pode o português, havendo vontade dos seus falantes e vontade política dos estados lusófonos, imitar o modelo hispânico. Mas o principal desafio e a maior necessidade por agora é avançar para uma plena e eficiente estandardização *pluricêntrica* da língua portuguesa.

Referências

- Aguiar e Silva, Vítor (2007): “Ilusões e desilusões sobre a política da língua portuguesa”, in: Manuel Gama (ed.), *A Política da Língua Portuguesa*. Braga. Universidade do Minho, 13-26.
- Albuquerque, Davi Borges / Mulinacci, Roberto (2024): A importância de não ser “pluricêntrico”. Teoria e práxis da (desejada) internacionalização do português”, in: *Revista Letras Raras* 13(3), 1-24.
- Álvarez López, Laura / Gonçalves, Perpétua / Avelar, Juanito (eds.) (2018): *The Portuguese Language Continuum in Africa and Brazil*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- Ammon, Ulrich (1989): “Towards a descriptive framework for the status/function (social position) of a language within a country”, in: Ulrich Ammon (ed.), *Status and*

- Function of Languages and Language Varieties*. Berlin/New York: De Gruyter, 21-106.
- Arden, Mathias (2015): *Inszenierte und elaborierte Mündlichkeit bei TV Globo. Zur soziolinguistischen Modellierung morphosyntaktischer Variablen des brasilianischen Portugiesisch*. Frankfurt am Main: Peter Lang Verlag.
- Azeredo, José Carlos (2008): *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Publifolha.
- Bagno, Marcos (1999): *Preconceito Lingüístico: O que é, como se faz*. São Paulo: Edições Loyola.
- Bagno, Marcos (2000): *Dramática da Língua Portuguesa: Tradição gramatical, mídia e exclusão social*. São Paulo: Edições Loyola.
- Bagno, Marcos (2001): *Português ou Brasileiro? Um convite à pesquisa*. São Paulo: Parábola.
- Bagno, Marcos (2012): *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial.
- Baxter, Allan (2018): “Epilogue”, in: Laura Álvarez López / Perpétua Gonçalves / Juanito Avelar (eds.), *The Portuguese Language Continuum in Africa and Brazil*. Amsterdam: John Benjamins, 293-313.
- Bechara, Evanildo (1999): *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna.
- Castilho, Ataliba T. de (2010): *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto.
- Castro, Ivo (2009): “A Internacionalização da Língua Portuguesa” [online: http://www.clul.ul.pt/files/ivo_castro/2009_Internacionalizacao_do_Portugus.pdf]
- Chimbutane, Feliciano (2018): “Portuguese and African languages in Mozambique: A sociolinguistic approach”, in: Laura Álvarez López / Perpétua Gonçalves / Juanito Avelar (eds.), *The Portuguese Language Continuum in Africa and Brazil*. Amsterdam/Philadelphia. John Benjamins, 89-110.
- Chimbutane, Feliciano / Gonçalves, Perpétua (2023): “Family language policy and language shift in postcolonial Mozambique: a critical, multi-layered approach”, in: *Language Policy* 22, 267-287.
- Clyne, Michael (ed.) (1992): *Pluricentric Languages. Differing norms in different nations*. Berlin/New York: De Gruyter.
- Cristóvão, Fernando (2008): *Da Lusitanidade à Lusofonia*. Coimbra: Almedina.

- Cunha, Celso / Cintra, Lindley (1984): *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- Dollinger, Stefan (2019): *The pluricentricity debate. On Austrian German and other Germanic standard varieties*. London: Routledge.
- Duarte, Isabel Margarida (2016): “Português, língua pluricêntrica: que Português ensinar em aulas de língua estrangeira?”, in: Carlos Augusto Baptista de Andrade / Guaraciaba Micheletti / Isabel Roboredo Seara (eds.), *Memória Discurso e Tecnologia*. São Paulo: Terracota Editora, 217-236.
- Duarte, Isabel Margarida (2022a): “Formação contínua de professores ensinar português como língua pluricêntrica”, in: *Pensares em Revista* 26, 35-54.
- Duarte, Isabel Margarida (2022b): “Português língua pluricêntrica. Variação e ensino: diferentes variedades, diferentes públicos”, in: Cornelia Doll / Christine Hundt / Daniel Reimann (eds.), *Pluricentrismo e heterogeneidade. O Ensino do Português como Língua de Herança, Língua de Contato e Língua Estrangeira*. Tübingen: Narr, 349-362.
- Duarte, Maria Eugênia L. / Gomes, Christina Abreu / Paiva, Maria da Conceição (2016): “Codification and standardization in Brazilian Portuguese”, in: Rudolf Muhr (ed.), *Pluricentric Languages and Non-Dominant Varieties Worldwide. Part II: The Pluricentricity of Portuguese and Spanish. New Concepts and Descriptions*. Frankfurt am Main: Peter Lang, 51-65.
- Duarte, Maria Eugênia L. / Gomes, Christina Abreu / Paiva, Maria da Conceição (2022): “Beyond the dichotomy dominant and non-dominant varieties of pluricentric languages: The case of Brazilian Portuguese”, in: Rudolf Muhr / Eugenia Duarte / Cilene Rodrigues / Juan Thomas (eds.), *Pluricentric languages in the Americas*. Graz/Berlin. PCL-Press, 157-172.
- Faraco, Carlos Alberto (ed.) (2001): *Estrangeirismos. Guerras em torno da língua*. São Paulo: Parábola Editorial.
- Faraco, Carlos Alberto (2008): *Norma Culta Brasileira – Desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola Editorial.
- Faraco, Carlos Alberto (2011): “O Brasil entre a norma culta e a norma curta”, in: Xoán Lagares / Marcos Bagno (eds.), *Políticas da Norma e Conflitos Linguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 259-275.
- Farias, Virginia Sita (2023). “Há crianças portuguesas que só falam ‘brasileiro’”: indústria cultural, meios massivos de comunicação e contatos intralinguísticos no espaço

- variacional lusófono a partir de uma perspectiva histórica”, in: *Revista Linguística* 19(1): 142-166.
- Fino, Carlos (2021): *Portugal-Brasil: Raízes do estranhamento*. Lisboa/São Paulo: Lisbon Press.
- Fiorin, José Luiz (2006): “A lusofonia como espaço linguístico”, in: Neusa Bastos (ed.), *Língua Portuguesa: Reflexões lusófonas*. São Paulo, PUC-EDUC, 25-47.
- Firmino, Gregório (2021): “Ascensão de uma norma endógena do português em Moçambique: desafios e perspectivas”, in: *Gragoatá* 26(54), 163-192.
- Firmino, Gregório (2024): “Mozambique”, in: Ursula Reutner (ed.), *Manual of Romance Languages in Africa*. Berlin/Boston: De Gruyter, 809-824.
- Galves, Charlotte (2001): *Ensaio sobre as Gramáticas do Português*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- Galves, Charlotte (2018): “Theoretical, empirical and methodological approaches for studying the Afro- Brazilian continuum of Portuguese”, in: Laura Álvarez López / Perpétua Gonçalves / Juanito Avelar (eds.), *The Portuguese Language Continuum in Africa and Brazil*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 17-42.
- Galves, Charlotte / Oliveira, Marilza (2022): “The debate on Brazilian and European Portuguese”, in: Johannes Kabatek / Albert Wall (eds.), *Manual of Brazilian Portuguese Linguistics*. Berlin/Boston: De Gruyter, 219-250.
- Geeraerts, Dirk / Grondelaers, Stefan / Speelman, Dirk (1999): *Convergentie en Divergentie in de Nederlandse Woordenschat*. Amsterdam: Meertens Instituut.
- Geeraerts, Dirk / Kristiansen, Gitte / Peirsman, Yves (eds.) (2010): *Advances in Cognitive Sociolinguistics*. Berlin/New York. De Gruyter.
- Geeraerts, Dirk / Speelman, Dirk / Heylen, Kris / Fontes, Mariana/ De Pascale, Stefano / Franco, Karlien / Lang, Michael (2023): *Lexical variation and change. A distributional semantic approach*. Oxford: Oxford University Press.
- Gerards, David Paul (2022): “Clitics in informal written sources of Angolan Portuguese and their similarity to informal Brazilian Portuguese”, in: Anja Hennemann / Benjamin Meisnitzer (eds.), *Linguistic Hybridity. Contact-induced and Cognitively Motivated Grammaticalization and Lexicalization Processes in Romance Languages*. Heidelberg: Winter, 15-46.
- Gerards, David Paul / Meisnitzer, Benjamin (2024): “Angola”, in: Ursula Reutner (ed.), *Manual of Romance Languages in Africa*. Berlin/Boston: De Gruyter, 579-608.

- Gil, Maitê / Soares da Silva, Augusto (2023): “A study on the conceptual structure of the use of prepositions in the complement of goal-oriented motion verbs in Brazilian Portuguese”, in: *Cognitive Semantics* 9, 73-102.
- Gonçalves, Filomena (2020): “Portuguese: Orthography and Orthoepy”, in: Franz Lebsanft / Felix Tacke (eds.), *Manual of Standardization in the Romance Languages*. Berlin/Boston: De Gruyter, 651-677.
- Gonçalves, Perpétua (2010): *Génese do Português de Moçambique*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Gonçalves, Perpétua (2013): “O Português em África”, in Eduardo Paiva Raposo / Maria Fernanda Bacelar do Nascimento / Maria Antónia Coelho da Mota / Luísa Segura / Amália Mendes (cords.), *Gramática do Português*, vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 157-178.
- Hagemeijer, Tjerk (2016): “O português em contacto em África”, in: Ana Maria Martins / Ernestina Carrilho (eds.), *Manual de Linguística Portuguesa*. Berlin/New York: De Gruyter, 43-67.
- Hagemeijer, Tjerk (2024): “São Tomé and Príncipe”, in: Ursula Reutner (ed.), *Manual of Romance Languages in Africa*. Berlin/Boston: De Gruyter, 609-623.
- Inverno, Liliana (2011): *The restructuring of Portuguese morphosyntax in interior Angola – Evidence from Dundo (Lunda Norte)*. Universidade de Coimbra, Dissertação de Doutoramento.
- Inverno, Liliana (2018). “Angolan Portuguese: Its historical development and current sociolinguistic setting”, in: Laura Álvarez López / Perpétua Gonçalves / Juanito Avelar (eds.), *The Portuguese Language Continuum in Africa and Brazil*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 111-133.
- Kloss, Heinz (1978): *Die Entwicklung neuer germanischer Kultursprachen seit 1800*. Düsseldorf: Schwann.
- Koch, Christian (2019). “PE com PB e PB com PE? Abordando o desenvolvimento de competências em duas variedades nos manuais *Olá Portugal! E Beleza!*”, in: Christian Koch / Daniel Reimann (eds.), *As Variedades do Português no Ensino de Português Língua Não Materna*. Tübingen: Narr Francke Attempto, 103-119.
- Kristiansen, Gitte / Dirven, René (eds.) (2008): *Cognitive Sociolinguistics: Language Variation, Cultural Models, Social Systems*. Berlin/New York: De Gruyter.
- Kristiansen, Gitte / Franco, Karlien / De Pascale, Stefano / Rosseel, Laura / Zhang, Weiwei (eds.) (2021), *Cognitive Sociolinguistics Revisited*. Berlin/Boston: De Gruyter.

- Labov, William (1972): *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Lagares, Xoán Carlos (2021): “Which pluricentrism? Tensions and conflicts on the construction of the Spanish and Portuguese international linguistic space”, in: *WORD* 67(1), 60-81.
- Lebsanft, Franz (2004): „Plurizentrische Sprachkultur in der spanischsprachigen Welt“, in: Gil, Alberto /Osthus, Dietmar/Polzin-Haumann, Claudia (eds.), *Romanische Sprachwissenschaft. Zeugnisse für Vielfalt und Profil eines Faches. Festschrift für Christian Schmitt zum 60. Geburtstag*, vol. 1. Frankfurt am Main: Peter Lang, 205-220.
- Lebsanft, Franz / Mihatsch, Wiltrud / Polzin-Haumann, Claudia (eds.) (2012): *El español, ¿desde las variedades a la lengua pluricéntrica?*, Vervuert: Iberoamericana.
- Lucchesi, Dante (2015): *Língua e sociedade partidas. A polarização sociolinguística do Brasil*. São Paulo: Editora Contexto.
- Martins, Moisés de Lemos (2006): “Lusofonia e luso-tropicalismo. Equívocos e possibilidades de dois conceitos hiper-identitários”, in: Neusa Bastos (ed.), *Língua Portuguesa: Reflexões lusófonas*. São Paulo: PUC-EDUC, 49-62.
- Mateus, Maria Helena Mira (2002): *A Face Exposta da Língua Portuguesa*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Mateus, Maria Helena Mira / Ana Maria Brito / Inês Duarte / Isabel Hub Faria (2003): *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- Mattos e Silva, Rosa Virgínia (2004): “*O português são dois ...*”. *Novas fronteiras, velhos problemas*. São Paulo: Parábola Editorial.
- Mendes, Edleise (2016a): “The Portuguese language and its non-dominant varieties: how to teach them?”, in: Rudolf Muhr (ed.), *Pluricentric Languages and Non-Dominant Varieties Worldwide. Part II: The Pluricentricity of Portuguese and Spanish. New Concepts and Descriptions*. Frankfurt am Main: Peter Lang Verlag, 85-97.
- Mendes, Elenise (2016b): “Pluricentrismo linguístico, ensino e produção de materiais de Português LE no PPPLE”, in: Maria Luisa Ortiz / Luís Gonçalves (eds.), *O Mundo do Português e o Português no Mundo Afora: especificidades, implicações e ações*. Campinas: Pontes, 293-310.
- Mingas, Amélia (2000): *Interferência do kimbundu no português falado em Lwanda. Luanda*: Luanda: Edições Chá de Caxinde.

- Moura, Vasco Graça (ed.) (1983): *Estão a assassinar o português! Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Moura, Vasco Graça (1998): *Acordo Ortográfico: A perspetiva do desastre*. Lisboa: Aletheia Editores.
- Mühlschlegel, Ulrike (2020): “Portuguese. Normative Dictionaries”, in: Franz Lebsanft / Felix Tacke (eds.), *Manual of Standardization in the Romance Languages*. Berlin/Boston: De Gruyter, 701-723.
- Muhr, Rudolf (2018): “Misconceptions about pluricentric languages and pluricentric theory – an overview of 40 years”, in: Rudolf Muhr / Benjamin Meisnitzer (eds.), *Pluricentric languages and non-dominant varieties worldwide. New pluricentric languages – old problems*. Frankfurt am Main: Peter Lang, 17-56.
- Mulinacci, Roberto (2016): “Não falem português, falem brasileiros. Algumas notas sobre a noção de português como “língua internacional””, in: José Teixeira (ed.), *O Português como Língua num Mundo Global. Problemas e potencialidades*. V.N. Famalicão: Edições Húmus, 103-127.
- Neves, Maria Helena de Moura (2000): *Gramática de Usos do Português*. São Paulo: Editora UNESP.
- Oliveira, Gilvan Müller de (2015): “O Instituto Internacional da Língua Portuguesa e a gestão multilateral da Língua Portuguesa no âmbito da CPLP”, in: *Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana* 13(25), 19-34.
- Oliveira, Gilvan Müller de (2016): “The system of national standards and the demolinguistic evolution of Portuguese”, in: Rudolf Muhr (ed.), *Pluricentric Languages and Non-Dominant Varieties Worldwide. Part II: The Pluricentricity of Portuguese and Spanish. New Concepts and Descriptions*. Frankfurt am Main: Peter Lang, 35-48.
- Perini, Mário (2010): *Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial.
- Petter, Margarida M. (2009): “O continuum afro-brasileiro do português”, in: Charlotte Galves / H. Garmes / F. Ribeiro (eds.), *África-Brasil. Caminhos da Língua Portuguesa*. Campinas: Editora da Unicamp, 158-173.
- Raposo, Eduardo Paiva / Maria Fernanda Bacelar do Nascimento / Maria Antónia Mota / Luísa Segura / Amália Mendes (2013/2020): *Gramática do Português*, 3 vols. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Reto, Luís (ed.) (2012): *Potencial Económico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Texto Editores.

- Ribeiro, Darcy (1997): *O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Editora Schwarcz.
- Santos, Diana (2016): “Português internacional: alguns argumentos”, in: José Teixeira (ed.), *O Português como Língua num Mundo Global. Problemas e potencialidades*. V.N. Famalicão: Edições Húmus, 49-66.
- Scherre, Maria Marta Pereira (2005): *Doa-se lindos filhotes de poodle: Variação lingüística, mídia e preconceito*. São Paulo: Parábola Editorial.
- Schneider, Edgar (2007): *Postcolonial English. Varieties around the world*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Schwarcz, Lilia Moritz (1993): *O Espetáculo das Raças? Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Soares da Silva, Augusto (2010): “Measuring and parameterizing lexical convergence and divergence between European and Brazilian Portuguese”, in: Dirk Geeraerts / Gitte Kristiansen / Yves Peirsman (eds.), *Advances in Cognitive Sociolinguistics*. Berlin/New York: De Gruyter, 41-83.
- Soares da Silva, Augusto (ed.) (2014): *Pluricentricity: Language Variation and Sociocognitive Dimensions*. Berlin/New York: De Gruyter.
- Soares da Silva, Augusto (2014a): “The pluricentricity of Portuguese: A sociolectometrical approach to divergence between European and Brazilian Portuguese”, in: Augusto Soares da Silva (ed.), *Pluricentricity: Language Variation and Sociocognitive Dimensions*. Berlin/New York: De Gruyter, 143-188.
- Soares da Silva, Augusto (2014b): “Measuring and comparing the use and success of loanwords in Portugal and Brazil: A corpus-based and concept-based sociolectometrical approach”, in: Eline Zenner / Gitte Kristiansen (eds.), *New Perspectives on Lexical Borrowing: Onomasiological, methodological and phraseological innovations*. Berlin/New York: De Gruyter, 101-141.
- Soares da Silva, Augusto (2015): “Cultural cognitive models of language variation. Romanticism and rationalism in language policy debates about the unity/diversity of European and Brazilian Portuguese”, in: Jocelyne Daems *et al.* (eds.), *Change of Paradigms – New Paradoxes. Recontextualizing Language and Linguistics*. Berlin/New York: De Gruyter, 253-274.
- Soares da Silva, Augusto (2016): “The cognitive approach to pluricentric languages and the pluricentricity of Portuguese: What’s really new?”, in: Rudolf Muhr (ed.), *Pluricentric languages and non-dominant varieties worldwide*. Part II: *The*

pluricentricity of Portuguese and Spanish. New concepts and descriptions. Frankfurt am Main: Peter Lang, 13-34.

- Soares da Silva, Augusto (2018): “O português no mundo e a sua estandardização: entre a realidade de uma língua pluricêntrica e o desejo de uma língua internacional”, in: Henrique Barroso (ed.), *O Português na Casa do Mundo, Hoje*. Braga. Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho / Húmus, 111-132.
- Soares da Silva, Augusto (2020): “Portuguese: Normative Grammars”, in: Franz Lebsanft / Felix Tacke (eds.), *Manual of Standardization in the Romance Languages*. Berlin/Boston: De Gruyter, 679-700.
- Soares da Silva, Augusto (2021a): “Revisiting the Cognitive Sociolinguistic approach to pluricentricity”, in: Gitte Kristiansen *et al.* (eds.), *Cognitive Sociolinguistics Revisited*. Berlin/Boston: De Gruyter, 477-489.
- Soares da Silva, Augusto (2021b): “Measuring the impact of (non)figurativity in the cultural conceptualization of emotions in the two main national varieties of Portuguese”, in: Augusto Soares da Silva (ed.), *Figurative Language: Intersubjectivity and Usage*. Amsterdam/Philadelphia. John Benjamins, 387-438.
- Soares da Silva, Augusto (2022a): “Portuguese, pluricentricity and Brazilian Portuguese: A case of a reverted asymmetry?”, in: Rudolf Muhr / Eugenia Duarte / Cilene Rodrigues / Juan Thomas (eds.), *Pluricentric languages in the Americas*. Graz/Berlin: PCL-Press, 135-156.
- Soares da Silva, Augusto (2022b): “Emoções, cognição e variação intralinguística e cultura”, in: Hanna Batoréo (ed.), *Linguagem – Cognição – Cultura: Teorias, aplicações e diálogos com foco na Língua Portuguesa (Português Europeu e Português do Brasil)*. Lisboa: Universidade Aberta, 46-83.
- Soares da Silva, Augusto (2024): “Constructional changes in Brazilian Portuguese in the 20th century. Two cases of linguistic deletion”, in: Salvador Pons Bordería / Shima Salameh Jiménez (eds.), *Language change in the 20th century. Exploring micro-diachronic evolutions in Romance languages*. Amsterdam: John Benjamins, 261-289.
- Soares da Silva, Augusto / Afonso, Susana / Palú, Dafne / Franco, Karlien (2021): “Null *se* constructions in Brazilian and European Portuguese: Morphosyntactic deletion or emergence of new constructions?”, in: *Cognitive Linguistics* 32(1), 159-193.
- Soares da Silva, Augusto / Afonso, Susana (2022): “Variação nas construções relativas preposicionais em português europeu e brasileiro: Operacionalizando os fatores

acessibilidade e proeminência”, Paper presented at *International Congress on Syntax: In Honor of Professor Ana Maria Brito*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 13-15 July 2022.

Soares da Silva, Augusto / Mevis, Alice (no prelo): “Português no Índico: evidências de nativização do português moçambicano”, in: *Orientes do Português* 6.

Stewart, William A. (1968): “A sociolinguistic typology for describing national multilingualism”, in: Joshua A. Fishman (ed.), *Readings in the Sociology of Language*. Berlin/New York: De Gruyter, 531-545.

Tacke, Felix (2020): “Linguistic norm in Cognitive Linguistics”, in: Franz Lebsanft / Felix Tacke (eds.): *Manual of Standardization in the Romance languages*, Berlin/Boston: De Gruyter, 183-208.

Venâncio, Fernando (2020): *Assim nasceu uma língua. Origens sobre o Português*. Lisboa: Guerra e Paz.

Verdelho, Telmo (1995): *As Origens da Gramaticografia e da Lexicografia Latino-Portuguesas*. Aveiro: Instituto Nacional de Investigação Científica.